



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

*Primeira Câmara*

Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque Dez – CEP: 69060-020 – Manaus/AM

Fone: (92) 3301-8114 / 3301-8215

**Memorando nº 31/2014-DEPRIM**

Manaus, 4 de junho de 2014

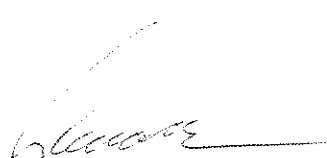
De: DEPRIM  
Para: DICAMI

**Assunto: envio da cópia da Decisão nº 1396/2013**

Senhor Diretor,

Encaminho a Vossa Senhoria, em cumprimento ao item 8.3.2, cópia da Decisão nº 1396/2013-TCE-PRIMEIRA CÂMARA, referente ao Processo TCE nº 2462/2010.

Atenciosamente,

  
**MARIA LUCIANA NOBRE QUEIROZ**  
Chefe do Departamento da Primeira Câmara

|  |  |
|--|--|
| <b>TRIBUNAL DE CONTAS</b>              |  |
| <b>DICAMI</b>                          |  |
| <b>DESPACHO</b>                        |  |
| A (o) Senhor(a) _____                  |  |
| Para as providências neces-<br>sárias. |  |
| Em _____                               |  |
| Diretor (a)                            |  |

|                           |       |
|---------------------------|-------|
| <b>TRIBUNAL DE CONTAS</b> |       |
| <b>DICAMI</b>             |       |
| ENTRADA: _____            | _____ |
| DOC Nº: _____             | _____ |
| Servidor (a)              |       |



**DECISÃO Nº 1396/2013 – TCE – PRIMEIRA CÂMARA**

- 1- **PROCESSO TCE - AM Nº 2462/2010 (2 vols.).**
- 2- **Assunto:** Admissão de Pessoal
- 3- **Espécie:** Contratação Temporária
- 4- **Procedência:** PREFEITURA MUNICIPAL DO CAREIRO.
- 5- **Unidade Técnica:** DICAD – Informação nº 316/2013 (fls. 333/334).
- 6- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2948/2013, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 325/326).
- 7- **Relator:** Conselheiro Raimundo José Michiles.

**EMENTA:** Admissão de Pessoal. Contratações Temporárias.

*Illegalidade das contratações. Negativa de registro. Concessão de prazo ao Chefe do Poder Executivo Municipal do Careiro. Determinação ao DEPRIM.*

**8- DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM**, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão da **Primeira Câmara**, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, inciso III da C.E/89, arts. 1º, IV, e 31, I, da Lei nº 2423/96, c/c os arts. 5º, IV, 15, III, 260 e 261 e seus parágrafos da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**8.1- Julgar ILEGAL e negar REGISTRO** (art. 1º, IV, c.c. o art. 31, I, da Lei nº 2423/96 e art. 5º, IV, c.c. o art. 261, § 2º, do Regimento Interno) aos Termos de Contrato Temporário acostados às fls. 160/285, e seus respectivos aditamentos, para a ocupação das funções de professor, microscopista, médico da família, técnico de enfermagem, cirurgião dentista, técnico de higiene bucal e auxiliar de consultório dentário, por descumprimento do inciso IX do artigo 37 da CRFB/88;

**8.2-** Nos termos do art. 18, III, da Lei Complementar nº 6/91 c/c o art. 1º, inciso XII e 36 da Lei nº 2.423/1996 e art. 5º, XII do Regimento Interno, **conceder** ao Chefe do Poder Executivo do Município do Careiro, o prazo de 90 (noventa) dias para que determine ao órgão competente às seguintes providências:

**8.1.1-** medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente desses atos (§ 3º do art. 261 da Resolução nº 04/2002), se ainda existentes, sob pena de lhe ser aplicada a medida prevista no § 4º do referido dispositivo;

**8.1.2-** regularize, por meio de Concurso Público de provas, o seu quadro funcional, tendo em vista a impossibilidade de admissão de servidores temporários para funções permanentes;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃO-DIRAC

Proc. Nº 2462/2010

Fls. Nº 393

**DECISÃO Nº 1396/2013 – TCE – PRIMEIRA CÂMARA**

**PROCESSO TCE-AM Nº 2462/2010 – fl. 02**

**8.3- Determinar ao Departamento da Egrégia Primeira Câmara, que:**

**8.3.1- adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno;**

**8.3.2- após o julgamento, remeta cópia da Decisão ao DICAMI para que seja juntada aos Processos n/s 2649/2011, 10022/2012 e 10175/2013, referentes às Prestações de Contas dos Prefeitos do Município do Careiro, respectivamente, dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que ainda não foram julgados por esta Corte de Contas.**

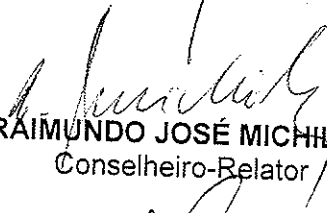
**9- Ata: 12º Sessão Ordinária Judicante – Primeira Câmara.**

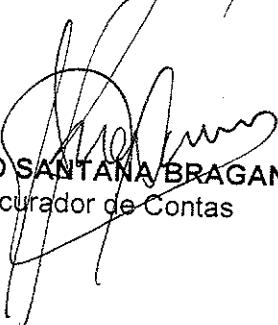
**10- Data da Sessão: 05 de agosto de 2013.**

**11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente, em sessão), Raimundo José Michiles e Mario José de Moraes Costa Filho (Convocado).**

**12- Representante do Ministério Público junto à Primeira Câmara: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.**

  
**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

  
**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro-Relator

  
**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador de Contas